

A CHINA E O BRASIL NA NOVA ORDEM INTERNACIONAL

André Moreira Cunha

RESUMO

A ascensão chinesa à condição de potência econômica e política em nível global tem estado no centro dos debates acadêmicos e políticos. Neste trabalho analisamos alguns impactos desse evento marcante sobre o Brasil. Investigamos o comércio bilateral e os padrões de convergência cíclica entre as duas economias, considerando uma análise mais ampla da competitividade externa da economia brasileira. A partir deste pano de fundo, objetiva-se mapear alguns dos possíveis impactos para o Brasil da ascensão da China à condição de potência global. A ênfase recai sobre a dimensão econômica, especialmente o comércio internacional. Parte-se da perspectiva de que o processo de crescimento e internacionalização da economia chinesa está gerando estímulos capazes de condicionar as possibilidades de desenvolvimento do Brasil ao longo das próximas décadas. Os argumentos estão estruturados em três seções: (i) procura-se apresentar uma visão panorâmica da ascensão chinesa, tomando-se como pano de fundo a dinâmica da "grande divergência"; (ii) faz-se um apanhado da situação contemporânea da economia chinesa; (iii) a análise dos efeitos de sua crescente internacionalização sobre a economia mundial, com ênfase para os casos da América do Sul e Brasil. Concluímos explorando algumas implicações normativas dos nossos resultados.

PALAVRAS-CHAVE: *Brasil; China; comércio internacional; ciclos de negócios.*

I. INTRODUÇÃO¹

O sistema capitalista e a ordem internacional que lhe dá sustentação são fenômenos gestados na Europa e espalhados a partir dela. Em um primeiro momento, a liderança da Grã-Bretanha foi exercida a partir de base econômica industrial, do seu poder naval e mercantil e da sua capacidade de criar instituições emuladas internacionalmente, especialmente o padrão monetário-cambial centrado no ouro. As demais potências europeias, especialmente a Alemanha, e países de fora da Europa, como os Estados Unidos da América (EUA) e o Japão, viam na industrialização o meio de reduzir seu atraso relativo (LANDES, 1969; REINHERT, 2007). A disputa por mercados, tecnologias e “espaço vital” de expansão acelerou a dinâmica de inovações

tecnológicas e de incorporação da periferia do sistema. A “revolução industrial” e o “imperialismo” tornaram-se duas faces de uma mesma moeda (HOBBSBAWM, 1989). Nesse contexto, as novas nações independentes da América Latina conheceram uma relativa prosperidade como exportadoras de recursos naturais para o “centro”, especialmente a Grã-Bretanha, que era, de fato, uma economia liberal, importadora de matérias-primas e exportadora de capitais. Essa característica reforçou o padrão de concentração de poder, renda e riqueza na classe proprietária rural, algo que já era típico do período colonial. Esse tipo de economia, primário-exportadora, foi a base do modelo social e político latino-americano, universalmente reconhecido como ainda incapaz de produzir sociedades plenamente democráticas e afluentes.

Esse modelo começa a entrar em crise no período entre a I e a II guerras mundiais, quando a própria ordem internacional liberal liderada pela Grã-Bretanha desmoronou. Assim, a primeira metade do século XX assiste a transição de hegemonias, do antigo colonizador para a jovem e ambiciosa ex-colônia, agora guindada à condição de nova potência global. Diferentemente dos bri-

¹ Os argumentos aqui delineados atualizam observações já realizadas em outros trabalhos: Cunha e Acioly (2009), Cunha, Monsueto e Bichara (2010) e Lélis, Cunha e Lima (2010). O presente estudo foi apresentado no “I Seminário Sino-Brasileiro – Desenvolvimento Econômico e Segurança Internacional”, promovido pelo Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Nerint-Ufrgs), Porto Alegre, nos dias 12 e 13 de abril de 2010.

tânicos, os estadunidenses também eram grandes produtores de alimentos, minérios e energia, sendo a economia dos EUA mais autocrata e protecionista. Como Prebisch (1950; 1984) já havia observado, esse deslocamento do eixo-dinâmico da economia mundial seria decisivo para o futuro dos países latino-americanos. Para ilustrar dois exemplos paradigmáticos, basta lembrar os destinos de Argentina e Brasil. A Argentina era uma das nações mais ricas do mundo no período de sua simbiose com a Grã-Bretanha. Como exportadora de recursos naturais para o mundo industrializado esse país viveu sua *belle époque*. O Brasil, por outro lado, assimilou a crise hegemônica, especialmente depois de 1930, como sendo a senha para a mudança do seu modelo de desenvolvimento e, conseqüentemente, de estrutura social. O “desenvolvimentismo” baseado na industrialização passa a ser uma ideologia comungada por vários governos, do nacionalista Vargas ao liberal Juscelino, passando pelos militares, particularmente Geisel.

O ideário desenvolvimentista via na especialização produtiva em produtos intensivos em recursos naturais uma fonte de atraso e estagnação. A diversificação produtiva rumo às atividades manufatureiras e o setor de serviços e a urbanização eram os objetivos centrais da modernização periférica brasileira. Tal padrão entrou em crise no começo dos anos 1980, dada a dificuldade de equacionar o problema da dívida externa. As décadas que se seguiram foram marcadas pela busca da estabilidade macroeconômica e por reformas estruturais liberalizantes, que prometiam garantir a retomada do crescimento, mas que só produziram trajetórias instáveis com pequenos surtos de expansão alimentados por crédito externo seguidos de novas crises financeiras. Os países latino-americanos, particularmente os sul-americanos, só irão acelerar seu crescimento na primeira década do século XXI sob os auspícios da crescente demanda chinesa por matérias-primas, abundantes na região.

Portanto, a despeito das expectativas criadas com o final da Guerra Fria, de que o mundo encaminhava-se para uma ordem unipolar centrada nos EUA, a primeira década do século XXI parece ter cristalizado a percepção de que há uma nova multipolaridade em gestão. A “emergência do resto” (AMSDEN, 2001), particularmente da China,

tem conformado novos vetores de transformações em múltiplas dimensões da vida social. A partir desse pano de fundo, este trabalho tem por objetivo mapear alguns dos possíveis impactos para o Brasil da ascensão da China à condição de potência global. A ênfase recairá sobre a dimensão econômica, especialmente o comércio internacional. Parte-se da perspectiva de que o processo de crescimento e internacionalização da economia chinesa está gerando estímulos capazes de condicionar as possibilidades de desenvolvimento do Brasil ao longo das próximas décadas. Mais especificamente, o crescimento chinês tem ampliado a demanda global por recursos naturais (alimentos, minérios e energia), influenciando, decisivamente, os ciclos de preços das *commodities*, e criando uma força gravitacional intensa em torno do modelo de especialização na produção e exportação desses produtos. Por outro lado, as exportações de manufaturas chinesas representam uma ameaça concreta aos países que, como o Brasil, procuraram desenvolver estruturas produtivas mais diversificadas e complexas.

Além desta Introdução, os argumentos estão estruturados em mais quatro seções. Na sequência procura-se apresentar uma visão panorâmica da ascensão chinesa, tomando-se como pano de fundo a dinâmica da “grande divergência” (POMERANZ, 2000). Segue o apanhado da situação contemporânea da economia chinesa e a análise dos efeitos de sua crescente internacionalização sobre a economia mundial, com ênfase para os casos da América do Sul e Brasil. As considerações finais retomam os principais argumentos.

II. PERSPECTIVAS SOBRE A ASCENSÃO DA CHINA

O capitalismo emergiu e irradiou-se como um processo social liderado pelos países ocidentais, especialmente Inglaterra e EUA. Na longa transição do feudalismo para o capitalismo, a China aparecia no imaginário e na realidade econômica e política da Europa como um país misterioso e fechado, repleto de promessas de rápido enriquecimento para quem lograsse penetrar em suas entranhas². Até meados do século XIX havia a per-

² Uma visão de longo prazo sobre a ascensão, queda e reemergência do mundo asiático está nos trabalhos organizados por Arrighi, Hamashita e Selden (2003).

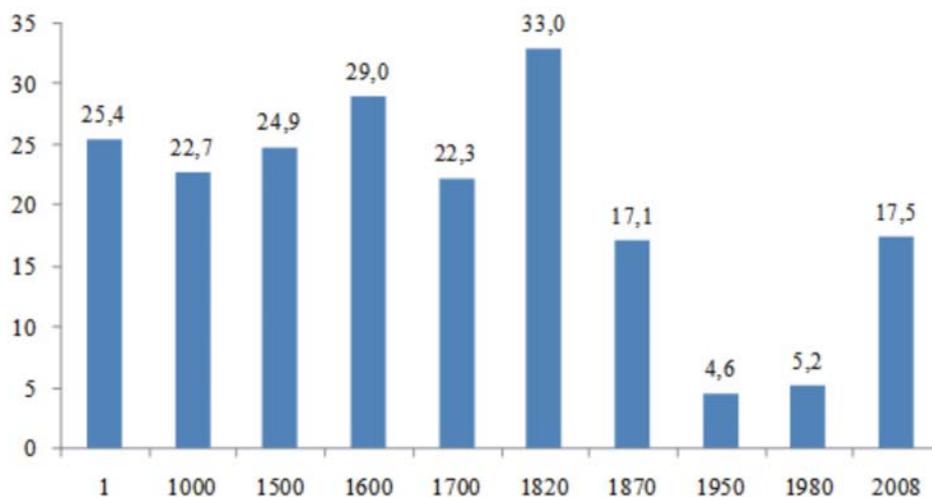
cepção, expressa por inúmeros contemporâneos, de Adam Smith a Napoleão Bonaparte, de que o grau de desenvolvimento tecnológico e econômico chinês rivalizava, senão superava, ao experimentado no Ocidente. Todavia, com a consolidação da industrialização e suas implicações positivas sobre acumulação de poder econômico e militar, o confronto entre as potências européias emergentes, particularmente a Inglaterra, e o Império do Meio passou a revelar uma nova realidade: a incapacidade da China em acompanhar o ritmo de transformações em curso no mundo ocidental. Não foi sem surpresa, para europeus e chineses que, de derrota militar em derrota militar, o Império desfez-se. E, mais importante, inverteu-se a percepção ocidental sobre a China. De civilização misteriosa, avançada e próspera, para um país cronicamente inviável, cuja população seria material e culturalmente inferior (SPENCE, 1999; HUTTON, 2007).

Vários dos mais destacados intérpretes do capitalismo debruçaram-se sobre o que percebiam ser o fracasso chinês. Marx via na China o exemplo mais primitivo do modo asiático de produção, caracterizado pela longa estagnação em um estágio de desenvolvimento agrário e de baixo dinamismo, incapaz de criar as pré-condições para a emergência do capitalismo. Max Weber destacou características por ele percebidas como

intrínsecas aos chineses, tais como desonestidade, docilidade excessiva, incapacidade de estabelecimento de laços mútuos de confiança, dentre outros, que seriam incompatíveis com o “espírito do capitalismo”. Ademais, em contraste com a Europa protestante, faltariam na China os incentivos para a poupança e o trabalho metódico e pesado. Tais elementos culturais condenariam a China ao atraso (SPENCE, 1999). Ecos contemporâneos da visão dos maiores expoentes do pensamento social do século XIX aparecem, por exemplo, em North (1995), que identifica a origem do atraso chinês na ausência de direitos de propriedade e, portanto, na arbitrariedade no exercício do poder pelo Estado contra os indivíduos empreendedores. Landes (1998) reconhece o que é voz corrente entre os sinólogos, ou seja, que a China foi uma civilização em muitos sentidos eficiente e mais avançada que as civilizações ocidentais contemporâneas, mas que não foi capaz de conformar instituições adequadas ao pleno funcionamento do capitalismo. Assim como Weber e North, Landes aponta o caráter conservador e fechado da sociedade chinesa como tendo sido determinante para o atraso relativo do país frente ao mundo ocidental capitalista.

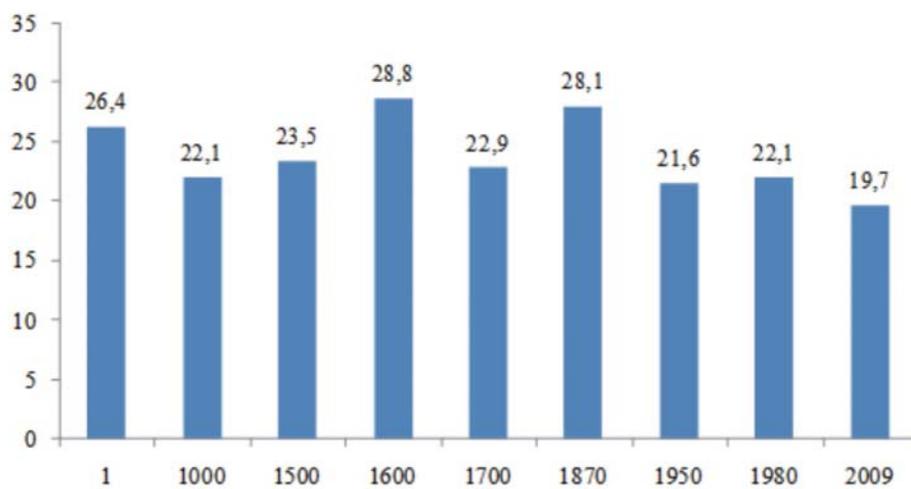
Os gráficos 1, 2 e 3 fornecem contornos mais precisos do debate:

GRÁFICO 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) CHINÊS, 1-2008 D.C. (% DO PIB MUNDIAL)



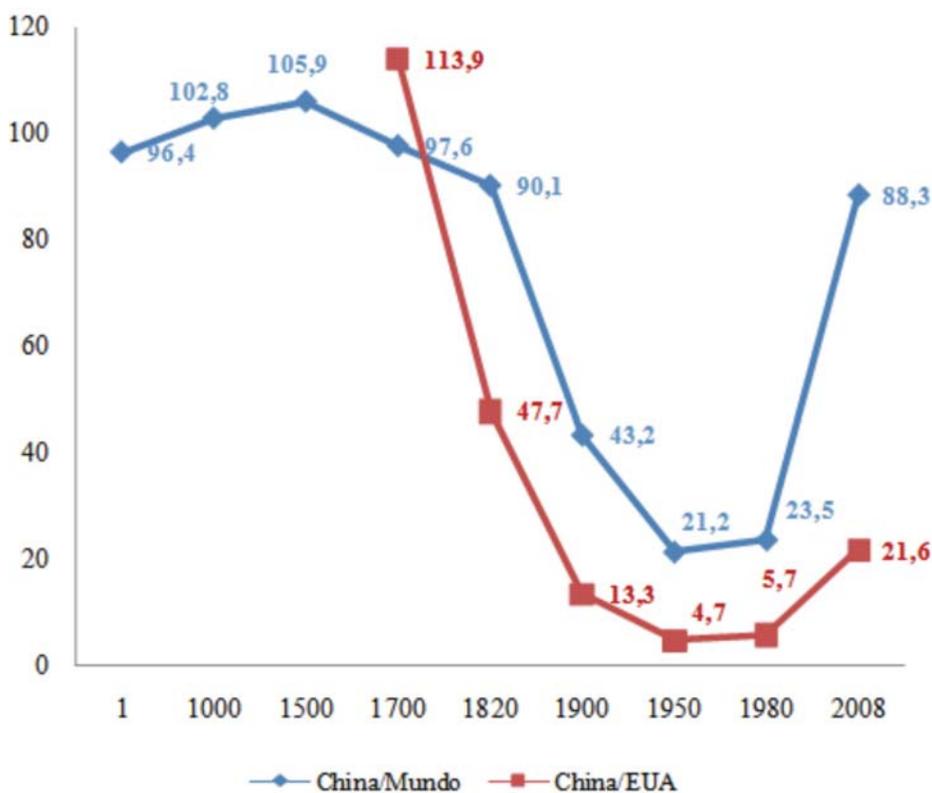
FONTE: Maddison (2010).

GRÁFICO 2 – POPULAÇÃO DA CHINA, 1-2009 D.C. (% DO TOTAL MUNDIAL)



FONTE: Maddison (2010).

GRÁFICO 3 – RENDA PER CAPITA DA CHINA EM RELAÇÃO AO MUNDO E AOS EUA, 1-2008 D.C. (% DO TOTAL MUNDIAL)



FONTE: Maddison (2010).

As estimativas de Maddison (1998; 2007) sugerem que até meados do século XVI, em termos da renda *per capita*, e até o começo do século XIX, quando se toma o produto total, a China

apresentava um nível de desenvolvimento equivalente ou superior o verificado no Ocidente. Um vasto império, com uma área semelhante à da Europa Ocidental, abrigava, entre os séculos XVI

e XIX, uma população cerca de duas vezes superior do que o conjunto dos principais países ocidentais. A visão marxiana de uma sociedade agrária e atrasada não parece ajustar-se a um conjunto amplo de evidências de que a China possuía uma base produtiva capaz de, em 1750, produzir mais ferro do que em toda a Europa (HUTTON, 2007). Não à toa, os imperadores e o mandarinato chinês enxergavam o país como sendo o centro mais avançado do mundo conhecido, técnica, moral e culturalmente.

Por outro lado, os dados também confirmam a incapacidade chinesa de acompanhar o avanço material verificado a partir da industrialização capitalista dos países europeus, posteriormente emulada por potências emergentes como EUA e Japão. Assim, se no começo do século XIX a economia chinesa representava 1/3 da economia mundial, em 1950 tal participação não ultrapassava 5%. Sua renda *per capita* era equivalente à média mundial e superior à verificada nos EUA até o século XVIII. Porém, no século XIX tal quadro já apresentava uma reversão completa e, no auge do poder estadunidense, na segunda metade do século XX, um chinês possuía um nível de vida equivalente a 1/20 de um habitante dos EUA e um 1/5 da média mundial. E isso ocorreu a despeito do fato de sua população seguir oscilando em torno de 20% do total global.

O atraso econômico transmutou-se em perda de poder militar, que em paralelo à rigidez do sistema político doméstico, redundou em derrotas nos enfrentamentos contra potências ocidentais, particularmente a Inglaterra, ou vizinhos poderosos como Rússia e Japão. Em 1912, o Império desfez-se. A jovem república não foi capaz de conter a decadência. Em 1949, sob o comando de Mao Zedong, os comunistas impuseram-se a tarefa de recuperar o poderio chinês. Desde então, em vários momentos, manifestou-se o desejo de sobrepujar as potências ocidentais. No “Grande Salto à Frente” (1958-1963) Mao prometia que a produção siderúrgica chinesa haveria de ultrapassar a britânica. Mesmo hoje, as lideranças chinesas apontam que o ano de 2050 marcaria a realização da promessa de Mao de que a China concretizaria seu *catching-up*, deixando para trás mais de cem anos de derrotas e humilhações (WU, 2005; BIJIAN, 2005; 2006; MAHBUBANI, 2005; ZWEIG & JIANHAI, 2005; HUTTON, 2007; WOMACK, 2010). É nesse contexto que alguns sinólogos sugerem que a proclamação da Repú-

blica e a Revolução Comunista são movimentos iniciais de reafirmação da nação (PINTO, 2000).

A consciência de que a estratégia introvertida e baseada na coletivização forçada não havia logrado resultados em termos de reafirmação do poderio chinês que passou a nortear a visão de reformistas como Deng Xiaoping. Uma vez no poder, eles deram início a um processo de abertura e modernização econômica acelerada. Desde então, a China vem apresentando uma vigorosa trajetória de crescimento e internacionalização.

III. ACHINA CONTEMPORÂNEA

A República Popular da China é um país continental, com uma área de 9,6 milhões de quilômetros quadrados⁴ e que abriga a maior população do mundo. Desde o final dos anos 1970, o país vem experimentando um processo intenso de modernização de sua economia, integração aos fluxos internacionais de comércio e investimentos, o que está gerando uma profunda transformação de sua própria realidade sócio-econômica, bem como da ordem econômica e política internacional.

Sob o comando de Mao Zedong, a China lançou-se em um esforço de modernização acelerada no assim chamado “Grande SaltoAdiante”⁵. Acrise que se seguiu ao fracasso dessa iniciativa e o esfriamento das relações com a União Soviética

³ *Insiders* do processo de abertura e modernização na China enfatizam a linha de continuidade entre as reformas propostas por Deng Xiaoping e a revolução de Mao Zedong. Ver, por exemplo, Wu (2005; 2006) e Bijian (2006).

⁴ Localizada no leste do continente asiático, a China é cercada pelo Mar do China Oriental, a Baía da Coréia, o Mar Amarelo e o Mar da China Meridional. O país tem fronteiras terrestres com 14 outras nações, quais sejam: Afeganistão (76 km), Butão (470 km), Burma (2 185 km), Índia (3 380 km), Cazaquistão (1 533 km), Coréia do Norte (1 416 km), Quirguistão (858 km), Laos (423 km), Mongólia (4 677 km), Nepal (1 236 km), Paquistão (523 km), Rússia (3 605 km ao Nordeste e 40 km ao Noroeste), Tadjiquistão (414 km) e Vietnã (1 281 km). A fronteira interna com Hong Kong é de 30 km e com Macau, de 0,34 km. A ilha de Taiwan (Formosa ou Taipei) é considerada pelos chineses como parte integrante do seu território. Em termos de recursos naturais, o território chinês é rico em carvão, minério de ferro, petróleo, gás natural, mercúrio, tungstênio, antimônio, magnésio, molibdênio, vanádio, magnetita, alumínio, zinco, urânio, chumbo etc. Para mais informações, ver CIA (2011).

⁵ Esses e os demais parágrafos estão baseados em Cunha e Silva (2009).

levou à adoção de uma estratégia isolacionista e de busca de autossuficiência. A radicalização política derivada da Revolução Cultural desorganizou ainda mais a economia. Todavia, a partir da década de 1970, o país buscou estreitar mais seus laços com a economia mundial, particularmente com os mercados ocidentais (YUAN HAO, WEI & DITTMER, 2009; WOMACK, 2010).

As lideranças políticas e os ideólogos do Partido Comunista da China (PCC) têm se utilizado de diversas expressões-síntese da especificidade da sua própria trajetória de modernização, tais como “socialismo de mercado”, “socialismo com características chinesas”, “caminho do desenvolvimento pacífico”, “abordagem científica do desenvolvimento e a estratégia de construção de uma sociedade socialista harmoniosa”, “ascensão pacífica à condição de potência”, para citar algumas das mais representativas. Conforme argumenta um dos intelectuais reformistas mais influentes na China contemporânea (BIJIAN, 2005; 2006)⁶, a decisão chinesa de abraçar em vez de repudiar a globalização estaria no centro das principais decisões políticas dessas últimas décadas, refletindo a compreensão de que o crescimento econômico por meio de reformas que ampliassem os espaços dos mercados seria um instrumento central para o “rejuvenescimento da nação”. Vale dizer, sabedores do seu enorme atraso relativo e do fracasso das estratégias coletivistas, os líderes da era posterior a Mao Zedong adotaram o pragmatismo na condução de sua estratégia de crescimento, entendido este como um objetivo intermediário do norte maior que, desde há muito persegue os chineses: a recuperação de uma posição hierarquicamente superior na ordem internacional (WU, 2005; 2006).

Conscientes de que seu sucesso até aqui ainda é insuficiente para a conformação de uma sociedade “moderadamente próspera”, e de que a perspectiva de concretização daquele objetivo maior descortina-se rapidamente, gerando tensões diversas – particularmente nos planos geopolítico e geoeconômico – os líderes da China contemporânea buscam refúgio no conceito da “ascensão pacífica”. Assim, na perspectiva chinesa haveria uma tentativa diferenciação da sua trajetória com

respeito à de outros países, que em momentos semelhantes acabaram provocando conflitos políticos e guerras, como nos casos de Alemanha e Japão (BIJIAN, 2005; 2006).

Há, aqui, um diálogo nem sempre explícito com a literatura ocidental de história e política internacional, cujas análises procuram modelar o processo de “ascensão e queda” das grandes potências (KENNEDY, 1987; LANDES, 1998; FIORI, 2004). Nesse tipo de abordagem constata-se a confluência de elementos de acumulação de poder – *hard* e *soft* (militar, político, científico, cultural e econômico) – no estabelecimento de hegemonias globais ou regionais. A ascensão de uma nova potência estaria quase sempre associada ao declínio de outra, de modo que, recorrentemente, a guerra acabou sendo o desaguadouro das tensões provocadas pelo choque entre ascendentes e decadentes. Os chineses não querem ser percebidos como uma ameaça global, a despeito do fato de não esconderem sua estratégia política de longo prazo, que é a de colocar a civilização chinesa em uma posição de centralidade, mas não necessariamente de hegemonia, na ordem internacional.

Condicionantes domésticos e externos interagem na conformação da visão chinesa sobre os desafios resultantes de sua “ascensão pacífica”. Assim, por exemplo, o 11º Plano Quinquenal (2006-2010) estabeleceu os fundamentos para o desenvolvimento chinês nas duas primeiras décadas do século XXI. Seguindo o conceito firmado no 10º Plano de conformação de uma “sociedade moderadamente próspera”, explicita-se a preocupação de que o maior desafio depois de alcançado o crescimento econômico, expresso no aumento da renda *per capita*, é o de também fortalecer o bem-estar social. Outro conceito importante é o dos “Três Representantes”, em que caberia ao Partido Comunista representar as necessidades de desenvolvimento das forças produtivas chinesas, o desenvolvimento da cultura chinesa, e os interesses fundamentais da maioria da população chinesa. Por meio desses princípios, o desenvolvimento econômico, buscado por meio de reformas⁷ e maior abertura, deve ser compreendido como o principal objetivo instrumental

⁶ Em 2006, Zheng Bijian era Presidente do Fórum de Reformas da China e Vice-Presidente Executivo da Escola do Partido Comunista.

⁷ Modernização dos transportes, reforma no setor bancário, otimização da utilização dos recursos não renováveis, dentre outros.

(ou intermediário) do governo chinês. Até porque o crescimento acelerado e a geração de empregos são condições necessárias para a estabilidade social. A partir da história chinesa emergem fantasmas sobre desordem e caos, geralmente provocados pela revolta popular ante o excesso de rigor do poder central, particularmente em momentos de escassez de recursos (PINTO, 2000; GREENVILLE, 2005; WU, 2005).

Na avaliação de Bijian (2006) existiriam inúmeras condições favoráveis para a concretização de um novo período de prosperidade. Em primeiro lugar, as mudanças no padrão de consumo interno, a partir do incremento da renda per capita, estimulariam a consolidação de uma estrutura produtiva diversificada e mais vinculada aos gastos domésticos. Em paralelo, haveria ainda amplo espaço para explorar a abundância de mão-de-obra, cuja qualificação vem expandindo-se, e a maior oferta e qualidade relativa da infraestrutura, especialmente em transportes e comunicações. Não menos importante, Bijian ressalta o que considera ser um ambiente de estabilidade política e de consolidação do socialismo de mercado. Não obstante as condições favoráveis, o 11^o Plano Quinquenal não desconsiderou os desafios a serem enfrentados, particularmente nas áreas de utilização dos recursos naturais, especialmente a água, busca de maior eficiência energética, proteção do meio ambiente e redução das desigualdades provocadas pelo crescimento desproporcionalmente mais acelerado de certas regiões urbanas, em detrimento do *hinterland* ou do mundo rural em geral, que abriga mais da metade da população.

Para sustentar o crescimento e reduzir os seus impactos negativos a China deverá contar com uma teia ampla de relações internacionais. Por isso, seguindo ainda a leitura de Bijian (*idem*) sobre as prioridades estratégicas da China, expressas no seu mais recente Plano Quinquenal, o governo chinês vê o cenário internacional como um ambiente de interdependência, de aprofundamento da globalização e de condições favoráveis ao desenvolvimento do país. Essas condições seriam: (i) a mudança nas relações entre as grandes potências no período posterior à Guerra Fria; (ii) a possibilidade da China, por meio do seu desenvolvimento pacífico, oferecer oportunidades de crescimento para outras nações; (iii) em especial, a cooperação com os países em desenvolvimento e a garantia de uma relação especial e estratégica; (iv)

as oportunidades de relação com os países vizinhos, e a busca pela solução dos conflitos diversos; (v) a preferência pela multilateralidade como importante forma de relação diplomática, ou alternativamente, o repúdio às posturas unilaterais das potências hegemônicas. O ambiente internacional, embora seja favorável, também apresenta desafios, como os desdobramentos protecionistas das disputas por mercados, recursos e tecnologias (YUFAN HAO, WEI & DITTMER, 2009). Além disso, a ascensão da China pode ser vista como uma ameaça pelas grandes potências, levando o país a ter de reforçar sua idéia de desenvolvimento pacífico. Ressalte-se que, em praticamente todas as determinações chinesas em relação às relações internacionais, podem ser vistos os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica⁸.

A “abertura ao mundo exterior” deu-se em etapas. Inicialmente foram eleitas quatro regiões estratégicas para a introdução de um regime comercial e de atração de investimento direto estrangeiro, as chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Essas nada mais eram do que as típicas Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs) que já se espalhavam pelas economias em desenvolvimento, particularmente na Ásia. Nas ZPEs, assim como nas congêneres chinesas, são estabelecidas regras diferenciadas de tratamento do comércio exterior, com redução de procedimentos administrativos para a exportação e importação e, principalmente, a forte redução – no limite, eliminação – dos impostos de importação sobre insumos utilizados para a produção voltada ao mercado internacional. Adicionalmente, podem ser ofertados subsídios fiscais, na forma de tributação diferenciada, para atrair investidores estrangeiros, que além de fornecerem capitais e tecnologia, possuem canais de comercialização em escala global.

As lideranças chinesas escolheram a dedo suas primeiras ZEEs, de modo a atrair os investimentos de chineses ou sino-descendentes residentes na região. A maior ZEE, Shenzhen, beneficiou-se

⁸ Esses princípios têm mais de 50 anos e foram sugeridos originalmente por Chu Em-lai, estrategista da diplomacia chinesa, pouco depois da formação da República Popular da China. São eles: (1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; (2) não agressão; (3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; (4) igualdade e benefícios recíprocos; (5) coexistência pacífica entre estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes.

por sua proximidade com Hong Kong. Empresas sediadas nessa que hoje é uma região administrativa especial da China continental, passaram a atuar na ZEE e a estabelecer contratos de subcontratação com uma miríade de empresas no vale do Rio das Pérolas. A ZEE de Zhuhai localizou-se perto de Macau. A ZEE de Shantou foi posicionada em uma região da província de Guangdong, em que há um grupo étnico com fortes ligações com minorias sino-descendentes que vivem no Sudeste Asiático. Por fim, a ZEE de Xiamen foi instalada perto de Taiwan, e aproveitou-se da proximidade geográfica e cultural para potencializar suas atividades.

Com o esforço prévio de entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) e com o ingresso efetivo em 2001, o regime de investimento da China foi adaptando-se aos parâmetros usuais das economias de mercado. Os incentivos tributários foram sendo nivelados entre empresas estrangeiras e nacionais, eliminando parte das vantagens locacionais das primeiras. Por um lado, os impostos são, em geral, considerados moderados, a conta corrente é conversível, há acordos de proteção de investimento com a maior dos países, bem como provisões legais para a proteção dos investidores estrangeiros. Por outro, manteve-se uma forte liberdade dos governos locais na negociação de condições diferenciadas para a aprovação de novos projetos de inversão. É importante notar, também, que originalmente o investimento estrangeiro entrava, predominantemente, na forma de *joint-ventures*. A partir do final dos anos 1990, passou a predominar a modalidade de controle integral (ou majoritário) por parte do investidor forâneo.

Como resultado desse processo, e tomando por referência a base de dados da Unctad⁹ pode-se verificar que, em 1980, o estoque de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) na economia chinesa era de US\$ 1 bilhão. Desde então, e até 1991, os fluxos de entradas anuais de investimento estrangeiro situavam-se abaixo de US\$ 5 bilhões por ano. Após a viagem de Deng Xiaoping para as regiões costeiras do Sul, em 1992, em que reafirmou seu compromisso com abertura da econo-

mia, e, depois disso, com a introdução de novas medidas liberalizantes, aqueles fluxos passaram a uma média superior a US\$ 40 bilhões/ano no restante da década de 1990, e de mais de US\$ 60 bilhões/ano, em média, nos anos 2000. Em 2007, a China recebeu US\$ 83,5 bilhões e, em 2008, US\$ 108,3 bilhões. Em 2009, sob o efeito da crise financeira global, tal fluxo foi de US\$ 95 bilhões, fazendo que o *estoque* de IDE atingisse a marca de US\$ 473 bilhões nesse último ano. Tal montante equivalia a 10% do PIB chinês. Naquele mesmo ano, as reservas internacionais eram de US\$ 2 425 bilhões e, no final de 2008, dívida externa atingia US\$ 378 bilhões. Com isso, os ativos de reserva equivaliam a mais do que o triplo dos estoques de investimento direto e dívida. A conexão entre IDE e exportações pode ser avaliada na estimativa da Unctad de que as filiais de empresas multinacionais exportaram US\$ 444 bilhões em 2005 (60% do total exportado pelo país), contra os US\$ 12 bilhões exportados em 1991 (17% do total).

Os investimentos chineses no exterior também passaram a crescer. Em 1999, quando várias ações visando a ampliação dos investimentos chineses no exterior foram lançadas com a alcunha de “Going Global Strategy”, o estoque de investimento chinês no exterior era de US\$ 25 bilhões. Em 2009, tal montante passou a US\$ 230 bilhões. Somente no ano de 2008, os fluxos de saídas de investimento chinês atingiram o recorde de US\$ 52 bilhões, mais de 20 vezes a média do período 1990-2000. Em 2009, tais fluxos foram de US\$ 48 bilhões. A política de “Going Global” evidencia a estratégia chinesa de construir “campeões nacionais”. Além de nuclear o esforço industrializante, os conglomerados chineses vêm sendo incentivados pelo governo a avançar em seus processos de internacionalização. Os conglomerados estatais na área de petróleo e gás, como a Sinopec, Cnooc e a Petrochina, representam a articulação entre a busca de segurança energética, a política externa e a estratégia de crescimento de longo prazo. Ainda na área de *commodities* há outros gigantes com controle ou participação estatal, como a Aluminum Corporation of China (Chalco) e a Baosteel. No setor de bens de consumo, telecomunicações e produtos eletrônicos, há empresas como Huawei, TCL, Lenovo, Boe Technology e Galanz. Há, ainda, corporações que estão em trajetória de internacionalização em setores como alimentos e bebidas (Tsingtao e Cofco International), comér-

⁹ Referente ao “World Investment Report 2009” (UNCTAD, 2009b) da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) e ao “Country Profile – China”, também da Unctad (2010).

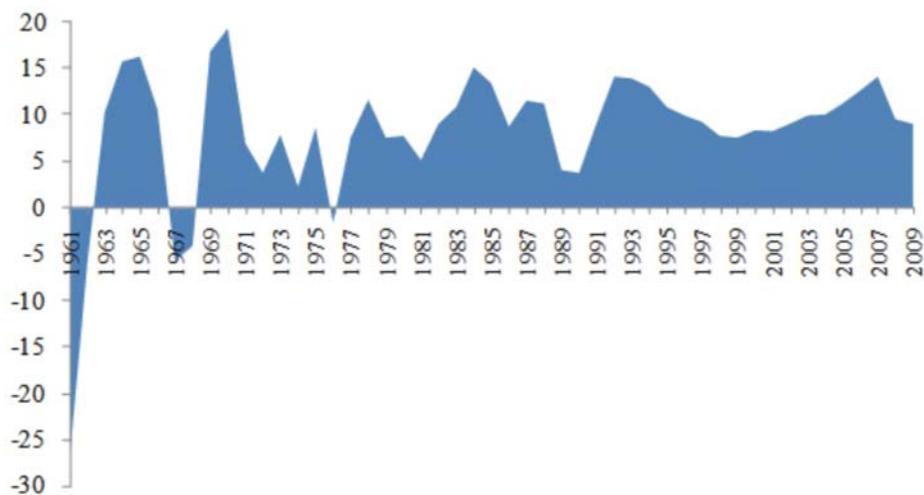
cio e navegação (China Ocean Shipping Group e Sinochem Corp) e construção civil (China State Construction and Engineering Company). Todas essas empresas aparecem nas listas de maiores transnacionais oriundas de países em desenvolvimento e, algumas estão entre as maiores de seus respectivos setores em nível internacional, mesmo quando se incluem empresas dos países industrializados.

Ao considerar-se as empresas de Hong Kong, Taiwan e de sinodescendentes – os chineses de ultramar (*overseas Chinese*) – em países asiáticos como Cingapura, Malásia, e Tailândia, nota-se uma influência crescente de capitais chineses na região e em nível global. Nesse sentido, é possível perceber a lógica da política chinesa de buscar um aprofundamento das relações econômicas no plano regional, tanto pela via usual dos fluxos de comércio e investimento, quanto pela construção de laços institucionais mais sólidos, em que o país busca cooptar vizinhos que poderiam, em princípio, serem deslocados dos mercados globais por força da concorrência chinesa e que passam a ter no próprio mercado chinês uma fonte substituta de dinamismo, conforme será detalhado na seqüência. Também dessa forma estar -se-ia retornando a um papel histórico de liderança

regional e que fora amortecido pela ascensão dos países europeus na era posterior à revolução industrial (ARRIGHI, HAMASHITA & SELDEN, 2003; KANG, 2007; WOMACK, 2010).

Com um crescimento médio de sua renda de 10% ao ano (cf. Gráfico 4, a seguir) entre 1979 e 2009, a economia chinesa já é uma das três maiores do mundo¹⁰. Os dados mais recentes do Banco Mundial (WORLD BANK, 2010), que se referem ao ano de 2009, apontam que com uma população de 1 331 milhões de habitantes, a renda *per capita* chinesa ainda é relativamente modesta: US\$ 3 590 em dólares correntes, ocupando a 84ª posição no *ranking* do Banco Mundial de 159 países com dados disponíveis; ou de US\$ 6 770 *per capita*, em paridade poder de compra, o que significa a 80ª posição. Para colocar-se em perspectiva, em termos de valores correntes o PIB *per capita* da China equivalia a 7,6% do PIB *per capita* dos EUA, ao passo em que paridade poder de compra tal proporção era de 14,5%. Na classificação do Banco Mundial, a China é considerada um país de renda médio-baixa (WORLD BANK, 2011b). Em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (UNDP, 2011), a China apresenta um nível médio de desenvolvimento, aparecendo na 89ª posição entre os 169 países.

GRÁFICO 4 – CRESCIMENTO DO PIB DA CHINA, 1961-2009 (% AO ANO)



FONTE: WORLD BANK (2011a).

¹⁰ Tomando em consideração o ano de 2009, a Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês) coloca a China (US\$ 8 748 bilhões) na terceira posição, quando se considera o PIB em paridade poder de compra. Nesse caso, a União Européia (US\$ 14 430 bilhões) seria a

maior economia, seguida dos EUA (US\$ 14 140 bilhões). Ver CIA (2011). Para esse mesmo ano, o Banco Mundial posiciona a China como a segunda maior em paridade poder de compra (US\$ 9 019 bilhões), logo atrás dos EUA. Em valores correntes, sua economia seria, nesse ano, a terceira maior, atrás dos EUA e Japão.

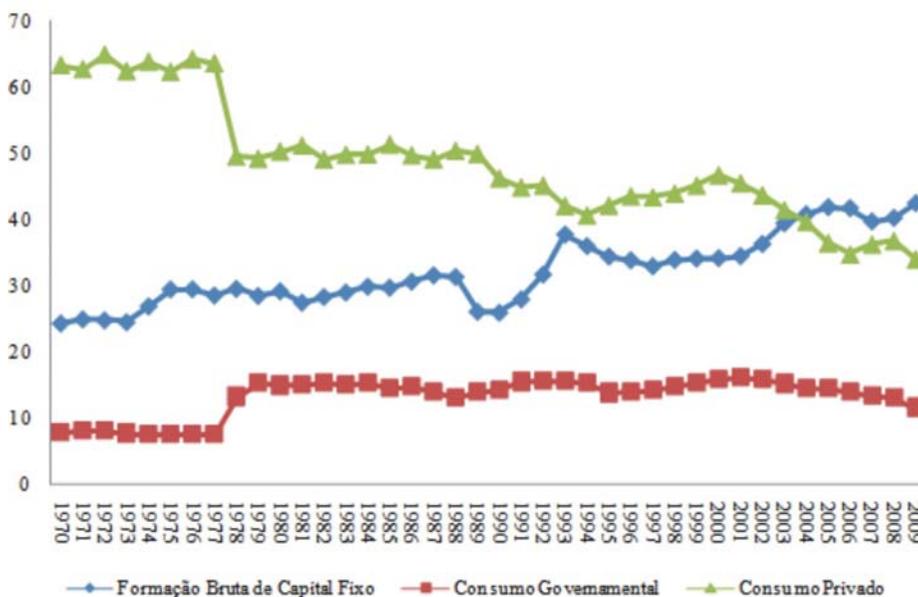
A velocidade do crescimento chinês veio acompanhada por intensas transformações estruturais¹¹. Em 1978, o país tinha uma população de 982 milhões de habitantes, dos quais 82% vivam na zona rural. Naquele momento, 40% da produção e 70% do emprego originavam-se do setor primário. A indústria respondia por 30% do PIB e 18% do emprego, ao passo que o setor de serviços gerava os outros 30% do produto e 12% do emprego. Em 2009, a população era 39% maior e a taxa de urbanização havia subido para 44%. Nessa nova realidade, as atividades econômicas tipicamente urbanas também passaram a responder pela maior parte da produção – 49% pela indústria e 40% pelos serviços – e emprego – 60% (27% na indústria e 33% em serviços) (NAUGHTON, 2007). As atividades primárias geravam 11% do produto e 40% do emprego.

A transição de uma economia de planejamento central para uma economia cujas decisões econômicas tornaram-se descentralizadas e, fundamentalmente, mediadas pelos mercados, também alterou radicalmente as formas institucionais da organização do mundo da produção. Assim, por exemplo, em 1978, 69% dos empregos eram gerados pelas fazendas coletivas e 14% por empresas esta-

tais. Os empregos restantes distribuíam-se na administração direta do governo, em empresas públicas das municipalidades, em empresas coletivas urbanas e outras atividades agrícolas. Em 2003, o emprego distribuía-se da seguinte forma: 47% na agricultura familiar, 16% nas empresas municipais não estatais, 11% em empresas privadas, nacionais e estrangeiras, bem como negócios familiares, 1% no setor estatal, 13% nos setores informais, além de 2% de desocupação. Vale dizer, do controle absoluto sobre a economia, o Estado passou a ter a influência direta sobre uma parcela minoritária dos postos de trabalho gerados na China.

Do ponto de vista da estrutura da demanda, em 2009 a China contava com a seguinte composição: o consumo privado respondia por 35%, o consumo governamental por 13%, os investimentos por 48% e as exportações líquidas por 4%. É interessante notar que, nos últimos anos, os investimentos vêm ampliando-se de maneira expressiva, tendo passado de 30% a 35% no final dos anos 1980, começo dos anos 1990, para mais de 40% do PIB nos anos 2000. Em contrapartida, o consumo privado teve sua participação reduzida em cerca de 15 pontos percentuais do PIB entre 1990 e 2009 (Gráfico 5, a seguir).

GRÁFICO 5 – COMPOSIÇÃO DA ABSORÇÃO DOMÉSTICA DA CHINA, 1970-2009 (% DO PIB)



FONTE: WORLD BANK (2011).

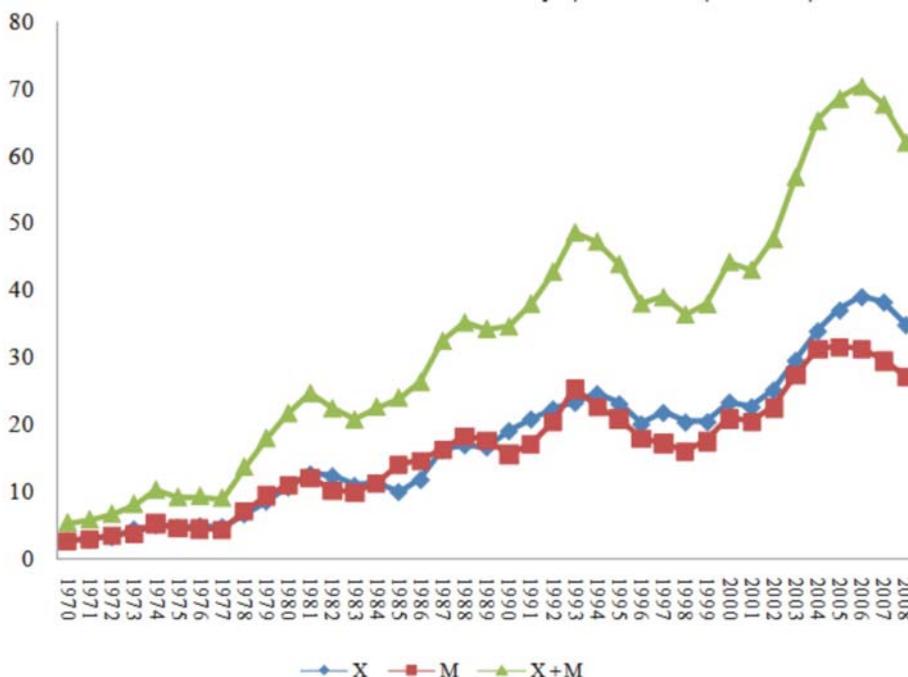
¹¹ Os dados aqui apresentados foram obtidos no National Bureau of Statistics of China, em seu “China Statistical Yearbook 2007” (NBSC, 2007), no “The Key Indicators

for Asia and the Pacific 2010” (ADB, 2010), em Naughton (2007), Wu Jiglian (2005), e na base de dados do Banco Mundial (WORLD BANK, 2011a).

O consumo público, no mesmo intervalo de tempo, oscilou entre 13% e 15% do PIB e o setor externo, somadas exportações e importações passaram de 35% para mais de 60% do PIB. Quando consideradas as exportações líquidas (exportações menos importações) o setor externo apresentou um pico de participação na estrutura de demanda no ano de 2007, com 9%. Assim, é possível caracterizar o crescimento chinês como sendo liderado pelos investimentos¹². Os demais componentes da

demanda atuam de forma subsidiária e, no caso do consumo, com um peso relativo decrescente. Ainda assim, é importante observar que a China apresenta um grau de abertura comercial acima da média verificada em países grandes (em população e/ou área) e em países com níveis de renda média (*dem*). Conforme pode ser observado no Gráfico 6, o comércio internacional de bens e serviços, que oscilava na faixa de 5% do PIB no começo dos anos 1970, subiu para mais de 60% depois de 2004.

GRÁFICO 6 – COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS E SERVIÇOS, 1970-2008 (% DO PIB)



FONTE: WORLD BANK (2011).

Com a urbanização do país, as famílias que vivem nas cidades passaram a responder por 73% do consumo privado total, contra os 27% das famílias que vivem no campo. Em 1978, tal proporção era invertida, ou seja, as famílias urbanas contribuíam com 38% dos gastos em consumo, e as rurais por 62%. Ao longo deste período, as rendas urbanas cresceram mais rapidamente que as rendas do setor rural, ampliando as desigualdades

distributivas e a importância relativa destes dois segmentos populacionais. Assim, a despeito do fato da população rural ainda ser majoritária no país (54% do total) seu peso econômico vem decaindo mais do que proporcionalmente, tanto no emprego quanto na capacidade de consumo.

Quando se considera a produção industrial, verifica-se que, em 1978, as empresas estatais eram responsáveis por 77% do valor adicionado, com os 23% restantes sendo gerados em empresas coletivas. Em 2004, a produção industrial se dividia da seguinte forma: 42% em empresas privadas controladas por nacionais ou *joint ventures*, 38% em empresas estatais ou corporações controladas pelos diversos níveis do Estado, 31% em

¹² No que se refere à infraestrutura (transportes, telecomunicações e energia), os investimentos chineses passaram de 2% do PIB para mais de 9% entre 1981 e 2008 (NAUGHTON, 2007).

empresas estrangeiras e 5% em empresas coletivas¹³. Outra forma de perceber a desestatização da economia está no fato de que o lucro das estatais correspondia a 14% do PIB, em 1978, mantendo-se em um patamar abaixo de 4% do PIB, desde o final dos anos 1980.

Além da expansão na quantidade de força de trabalho, verificou-se, igualmente, uma melhoria significativa nos níveis educacionais. Em 1982, menos de 1% da população com mais de 15 anos atingia o nível universitário. Ademais, havia 35% da população sem qualquer instrução formal. Em 2004, 7% dos chineses adultos tinham curso superior completo. Em 2000, somente 9% dos adultos não tinham frequentado a escola. Em paralelo, verificou-se uma intensa queda na pobreza. O Banco Mundial estima que, desde o final dos anos 1970, três quartos da redução da pobreza no mundo localiza-se na China. Entre 1990 e 2005, cerca de 400 milhões de pessoas ultrapassaram a linha de pobreza monetária de um dólar por dia.

Com a crise financeira iniciada nos EUA, a China experimentou uma moderação em seu ritmo de crescimento. Todavia, o forte estímulo fiscal e a expansão do crédito contribuíram para contrabalançar os efeitos depressivos da queda na demanda mundial por produtos chineses, garantindo um crescimento entre 9% e 10% depois de 2008, abaixo do desempenho médio de 12% ao ano no período 2003-2007.

IV. EFEITOS DA ASCENSÃO CHINESA NA PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA

Deve-se notar que os possíveis efeitos sobre o sistema internacional da ascensão chinesa, em suas dimensões econômica e política, têm concentrado a atenção de especialistas das mais diversas áreas (KANG, 2007). No Brasil é possível identificar pelo menos duas perspectivas sobre esse tipo de formulação. Aceitando os riscos derivados do excesso de simplificação, sugere-se denominá-las de visões “otimista” e “pessimista”¹⁴. A primeira percebe na ascensão chinesa a

possibilidade de consolidação de uma nova ordem internacional menos centrada no poder americano e com maior abertura de espaços para que o Brasil consolide-se como uma potência líder entre os países em desenvolvimento, particularmente na América do Sul (e, também, com capacidade de influenciar nações africanas que compartilham a herança comum da colonização portuguesa). A demanda chinesa por recursos naturais criaria um vetor de dinamismo para a economia brasileira ao longo dos próximos anos, o que permitiria a ruptura do quadro de semiestagnação derivado da crise da dívida externa dos anos 1980. Evidentemente, a demanda chinesa *per se* não teria esse poder indutor, sendo percebida como uma alavanca para a internacionalização de setores produtivos especializados na produção e industrialização de bens intensivos em recursos naturais.

Por outro lado, a visão “pessimista” olha para essa mesma possibilidade como sendo um risco de involução, com o Brasil retornando a uma posição semelhante àquela dos anos anteriores a 1930, de uma economia primário-exportadora. Teme-se aqui a perda de densidade da estrutura industrial diante das pressões competitivas originadas na China, com efeitos negativos sobre a capacidade de gerar emprego e renda em setores produtivos mais complexos. Avalia-se, também, que a crescente presença econômica da China na América do Sul e na África poderia reduzir o potencial de internacionalização da economia brasileira.

Do ponto de vista do presente artigo, cabe destacar que países sul-americanos em geral, e o Brasil, em particular, respondem à parte dessas necessidades. A fome chinesa por matérias-primas e mercados já se faz sentir com intensidade inédita na região, conforme tem sido sugerido por inúmeros trabalhos (ZWEIG & JIANHAI, 2005; TRINH, VOSS & DICK, 2006; CAF, 2005; DEVLIN, ESTEVADEORDAL & RODRIGUEZ, 2006; CEPAL, 2006; 2008; 2009; LEDERMAN, OLARREAGA & PERRY, 2008). A ampliação dos fluxos de comércio e investimentos é a face econômica mais evidente desse processo. Tal aproximação dá-se em um momento de reordenamento dos espaços de poder em nível internacional. Projeções feitas nos últimos anos sugerem que a China deverá tornar-se, ainda na primeira metade do século XXI, a maior economia do planeta. No plano comercial, o país é um dos três maiores *global players*, com a Alemanha e os Estados Unidos.

¹³ A soma excede 100% porque as categorias não são mutuamente exclusivas (NAUGTHON, 2007, p. 302-303).

¹⁴ As referências estão, dentre outros, em Fujita (2001), Castro (2008) e Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (2009). Para o contexto latino-americano, ver CAF (2005), Devlin, Estevadeordal e Rodriguez (2006), Cepal (2006; 2008; 2009) e Lederman, Olarreaga e Perry (2008).

Note-se que, em meados dos anos 1980, a China representava cerca de 1% das exportações mundiais – peso equivalente ao do Brasil –, atingindo, em 2008, uma participação de 8,9%. A partir do começo dos anos 1990, a China tornou-se a nação em desenvolvimento que mais absorveu Investimento Direto Externo (IDE). Recentemente, além de receptor o país também se tornou fonte de investimentos, especialmente em outros países periféricos. O *drive* exportador chinês vem impondo uma crescente pressão competitiva sobre economias industrializadas e em desenvolvimento. Sua demanda por matérias-primas e energia afeta, cada vez mais, a distribuição mundial da oferta e dos preços das *commodities*, com distintos impactos sobre outros países, produtores e consumidores.

É nesse processo de rápida ascensão, caracterizada por suas lideranças políticas e intelectuais como tendo um caráter pacífico, que a China adentrou o século XXI como membro da OMC e, com os EUA, como motor do crescimento global. Entre 2003 e o primeiro semestre de 2008 a economia mundial viveu um ciclo de expansão excepcionalmente favorável. Tal caráter “excepcional” deveu-se à confluência de alguns fatores, principalmente: crescimento elevado – com taxas médias de variação no PIB global acima de 4% – associado à inflação baixa (pelo menos até meados de 2007); retomada de dinamismo em regiões que, nos anos 1980 e 1990, apresentaram níveis baixos de expansão da renda, como América Latina, África e Leste Europeu, ou em economias maduras como Japão e Alemanha; melhoria substancial nos resultados das contas externas e nas finanças públicas das economias em desenvolvimento previamente caracterizadas por níveis elevados de vulnerabilidade externa e fragilidade fiscal. Essas características brotaram em um momento em que a estrutura da economia revelava uma nova realidade: economias emergentes, como China, Índia, Rússia, Brasil, entre outras, passaram a ter um peso na renda mundial, nos fluxos de comércio e na determinação do ritmo de expansão equivalentes ou superiores aos das economias centrais (GOLDMAN SACHS, 2007, ELERIAN, 2008). Dados do FMI (IMF 2008; 2009) sugerem que, em 2007 e 2008, mais da metade do PIB global, medido em paridade poder de compra, era gerado nos países em desenvolvimento.

De acordo com tais estimativas (IMF, 2008; 2009), a tendência de crescimento do PIB mundi-

al foi acelerando-se suavemente com o avanço da globalização, tendo na primeira década do século XXI um momento de auge. Por seu turno, entre 2003 e 2008, o PIB efetivo cresceu em média 4,4% ao ano, bem acima da tendência. Com respeito ao comércio exterior verificou-se o mesmo movimento. Esse quadro, por si só, normalmente estaria associado a um processo de aceleração inflacionária, o que não ocorreu. Tanto para as economias avançadas, quanto nas em desenvolvimento, os preços ao consumidor final mostraram-se bem comportados, a despeito da sensível elevação dos preços reais (deflacionados) das matérias-primas nos anos recentes (UNCTAD, 2008; 2009a). É bem verdade que no caso dos países em desenvolvimento, a alta nos preços de alimentos e energia desdobrou-se em aumento da inflação no ano de 2008.

Com explicar essa situação especial? Em grande medida ela foi produzida pela convergência de fatores conjunturais e de uma transformação estrutural que, então, explicitou-se com muita intensidade. Do ponto de vista conjuntural, as principais economias avançadas, particularmente os EUA, reagiram ao ambiente de menor crescimento e de instabilidade financeira do começo dos anos 2000, por meio de políticas monetárias e fiscais largamente expansionistas. Nos EUA, Greenspan comandou uma redução da FED Fund Rate do patamar de 6,5% (maio de 2000) ao ano para 1% (junho de 2003), o que facilitou a digestão dos passivos acumulados no período de euforia anterior, evitando que a ruptura financeira ainda mais grave do que a contração verificada em função da bolha especulativa da Nasdaq e dos escândalos corporativos. Havia um temor de que os problemas do mercado acionário contaminassem, ainda mais, o lado real da economia estadunidense. Por sua vez, a gestão fiscal do novo governo republicano de George W. Bush (2001-2009) transformou a herança *desuperavits* do governo Clinton (1993-2001) em *deficits* crescentes, dados os aumentos de gastos e as reduções de impostos.

Essa combinação alimentou a continuidade do modelo de simbiose entre EUA e China: por parte do primeiro, o crescimento estava baseado na expansão ainda mais intensa do consumo, com endividamento crescente; do lado do segundo, a acumulação de capital, os ganhos de produtividade e os níveis elevados de poupança contribuíram para transformar sua base produtiva em fonte estratégica da oferta mundial de manufaturas. Nes-

se contexto, as economias emergentes, particularmente a China, passaram a responder por parcelas crescentes do PIB mundial e, por isso, de sua taxa de variação.

Portanto, o eixo central dessa nova ordem global girava em torno dos EUA e da China. O primeiro representava o grande mercado consumidor em última instância, e o segundo a nova fábrica do mundo. Em contrapartida, aos resultados favoráveis daquele ciclo explicitavam-se vários desequilíbrios, especialmente nos pagamentos internacionais. A economia estadunidense, com seus níveis recordes de endividamento nas esferas privada e pública, apresentava padrões de gastos domésticos que excediam, de maneira preocupante, a renda nacional. Por esse motivo

, ampliavam-se os *deficits* em conta corrente, que de uma média de 2% do PIB no final dos anos 1990, passaram a 4% no começo dos anos 2000 e atingiram o pico de 6% a 7% entre 2006 e 2007. O espelho dos *deficits* em conta corrente é a utilização de poupança externa para seu financiamento. No caso dos EUA, a absorção de poupança externa entre US\$ 500 bilhões e US\$ 1 trilhão ao ano, ao longo desse ciclo, era possível na medida em que o resto do mundo, especialmente os governos dos países com superávits em conta corrente, passaram a acumular ativos de reserva, também em níveis inéditos.

Tais desequilíbrios nos pagamentos internacionais também provocaram um descolamento entre as posições financeiras. Os EUA, que já possuíam uma posição líquida de investimento deficitária em 1997, equivalente a 3% do PIB mundial, passaram a ter, em 2008, uma posição devedora líquida da ordem de 8% do PIB mundial. Na outra ponta, “velhos” – o Japão e os países exportadores de petróleo – e “novos” credores – a Ásia, liderada pela China – viram-se na situação de ampliação significativa de suas posições. Houve, assim, uma redistribuição do poder e riqueza em nível mundial, representando na posse de ativos financeiros, a mesma dinâmica de ascensão produtiva e comercial descrita anteriormente.

Nesse mesmo ciclo (2003-2008) as regiões periféricas, com exceção do Leste Europeu, experimentaram uma melhoria sensível de seus resultados em conta corrente. A América Latina, usualmente deficitária, apresentou resultados positivos da ordem de 1% do PIB da região em média, entre 2004 e 2007, voltando a apresentar um *deficit* de

0,7% em 2008, ainda assim um valor moderado diante dos *deficits* de 4% do PIB, comuns nos anos 1990. Tal inversão nos resultados em conta corrente contribuiu para o acúmulo de reservas internacionais. No caso da América Latina, em 2007 e 2008, as principais economias da região tinham reservas da ordem de US\$ 300 bilhões – pouco mais de 10% do PIB regional. Esse valor era o triplo do verificado no começo dos anos 2000, tanto em termos absolutos, quanto relativos à renda. Tendência semelhante de crescimento verificou-se na Ásia e, com mais intensidade, no Oriente Médio. Das economias analisadas, somente o Leste Europeu experimentou, no ciclo aqui destacado, o aprofundamento dos *deficits* em conta corrente, reproduzindo o modelo de crescimento com absorção de poupança externa.

Se, ao lado da demanda global, a economia estadunidense representava a principal fonte de dinamismo, alimentada pelo crédito farto e barato e pelo efeito riqueza, ao lado da oferta, as redes globalizadas de produção e comércio localizadas na China garantiam a ampliação da oferta de manufaturas a preços baixos. Na verdade, a própria China foi se tornando uma fonte de demanda cada vez mais importante, particularmente nos segmentos de energia, alimentos e matérias-primas. A forte alta no preço das *commodities* não se traduziu em inflação, pelo menos até meados de 2007, pois a China, responsável última por aquele movimento, garantiu a manutenção de preços de manufaturas em níveis estáveis ou cadentes. O aparente milagre do crescimento acelerado e espreado, com inflação baixa, tem na China uma explicação fundamental.

A combinação de aumentos recordes nos preços das *commodities*, desde logo potencializados pela especulação em um ambiente de excesso de liquidez e falta de regulação, e estabilidade nos preços industriais produziu um choque favorável nos termos de intercâmbio dos países em desenvolvimento, particularmente na América Latina e África, o que permitiu a rara combinação de retomada de crescimento, com melhoria nas contas externas e públicas. Completava-se assim, o quadro da “grande moderação”. Todavia, a crise financeira iniciada nos EUA também foi produto da globalização financeira, do crédito farto e da ausência de anteparos regulatórios capazes de ordenar o mundo das finanças, criando, no período atual, a contraface da fase anterior. O ciclo “excepcionalmente favorável” de crescimento metamorfoseou-se na maior crise financeira desde 1929.

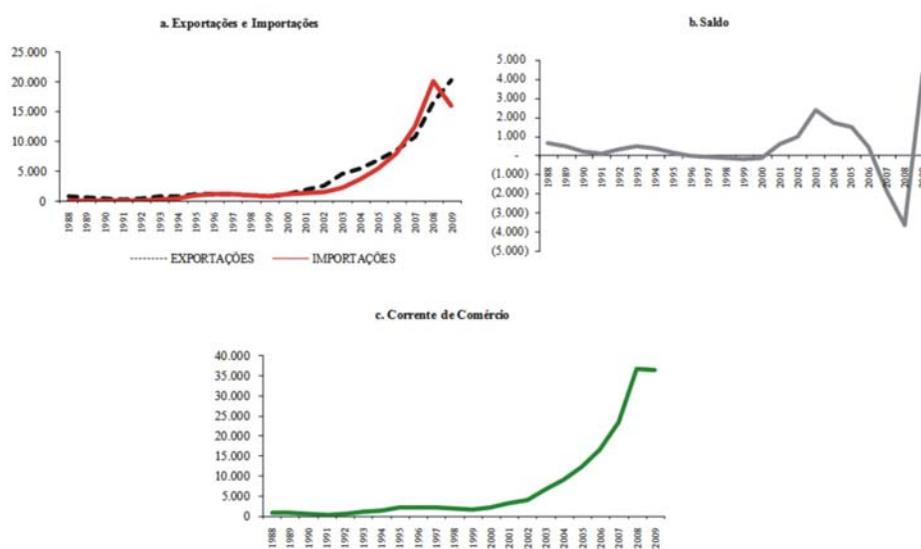
Conforme tem sido destacado pela literatura recente (CAF, 2005; DEVLIN, ESTEVADEORDAL & RODRIGUEZ, 2006; CEPAL, 2006; 2008; 2009; LEDERMAN, OLARREAGA & PERRY, 2008) o comércio de mercadorias entre a China e os países latino-americanos vem crescendo a taxas significativamente superiores àquelas verificadas para o total transacionado na região. Tomando-se por referência o ano de 2008, e considerando-se o conjunto da América Latina e Caribe, a China representou 3,9 % das exportações – US\$ 31 bilhões de um total de US\$ 782 bilhões – e 10,8% das importações – US\$ 80 bilhões de um total de US\$ 739 bilhões – o que implicou um *deficit* de US\$ 49 bilhões. Para colocar em perspectiva, no ano de 2000 as participações da China nas exportações e importações da região eram de, respectivamente, 0,9% e 2,2%. Para os países do MERCOSUL, a China representava, em 2000, 2,4% das exportações e 3,2% das importações. Em 2008, tais proporções eram de, respectivamente, 8,3% e 12,3%.

É importante destacar algumas características das relações comerciais entre os países da região e a China, quais sejam: (i) os fluxos de comércio crescem de modo mais veloz entre tais economias do que a média dos demais destinos de exportações e origens de importações; (ii) há pelo menos dois padrões de comércio claramente deline-

ados: aquele identificado com a experiência mexicana e centro-americana, em que predominam *deficits* com a China, e aquele verificado nos países sul-americanos, em que é possível identificar períodos de *superavits* sustentados pela explosão das exportações de *commodities* primárias e energéticas, além de manufaturas de baixo conteúdo tecnológico; (iii) nos dois casos o perfil de comércio vem alterando-se ao longo do tempo em um sentido de redução do conteúdo tecnológico dos produtos exportados para a China e ampliação daquele conteúdo nas importações.

O caso brasileiro é representativo desse padrão. No ano de 2009, a China transformou-se no principal parceiro comercial do Brasil, papel antes ocupado pelos EUA. O gigante asiático absorveu 13,2% das exportações brasileiras e originou 12,5% das importações. Em termos da corrente de comércio, China e EUA têm proporções semelhantes de 13%. No ano de 2000, o peso da China no comércio exterior do país era de 2%. Desde então, conforme pode ser observado no Gráfico 7, a seguir, o ritmo de expansão do comércio bilateral foi mais intenso do que o verificado no conjunto do comércio exterior brasileiro. No ciclo de alta de preços das matérias-primas, depois de 2003, os *superavits* brasileiros foram crescentes, com exceção dos anos de 2007 e 2008.

GRÁFICO 7 – COMÉRCIO DE MERCADORIAS ENTRE BRASIL E CHINA (1988-2008) (US\$ MILHÕES)



FONTE: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2011).

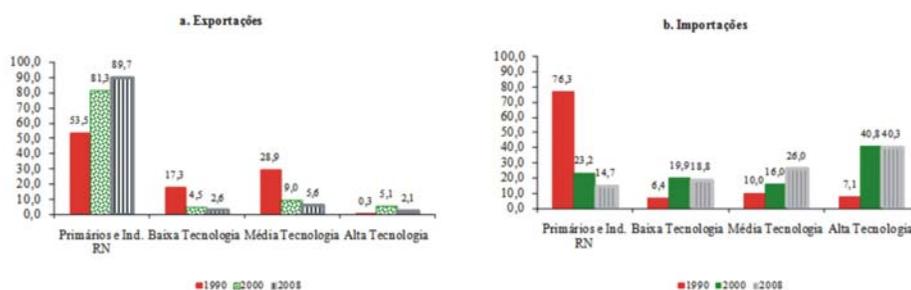
Como também é típico da experiência latino-americana, as exportações brasileiras têm concentrado-se, cada vez mais, em produtos de baixo con-

túdo tecnológico. Assim, por exemplo, dois produtos, soja e minério de ferro, vêm representando mais de dois terços do total exportado pelo Brasil.

O Gráfico 8 toma a classificação setorial da Cepal (2009) sobre a intensidade tecnológica dos produtos e mostra a evolução das exportações brasileiras para a China e as importações originadas naquele país. Em 2008, 90% dos produtos exportados pelo

Brasil eram intensivos em recursos naturais, *in natura* ou processados. Tal proporção era de 53% em 1990. Por outro lado, as importações evoluíram no sentido contrário, com ampliação na participação dos setores de média e alta tecnologia.

GRÁFICO 8 – COMÉRCIO DE MERCADORIAS ENTRE BRASIL E CHINA POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA (1990-2008) % DO TOTAL EXPORTADO

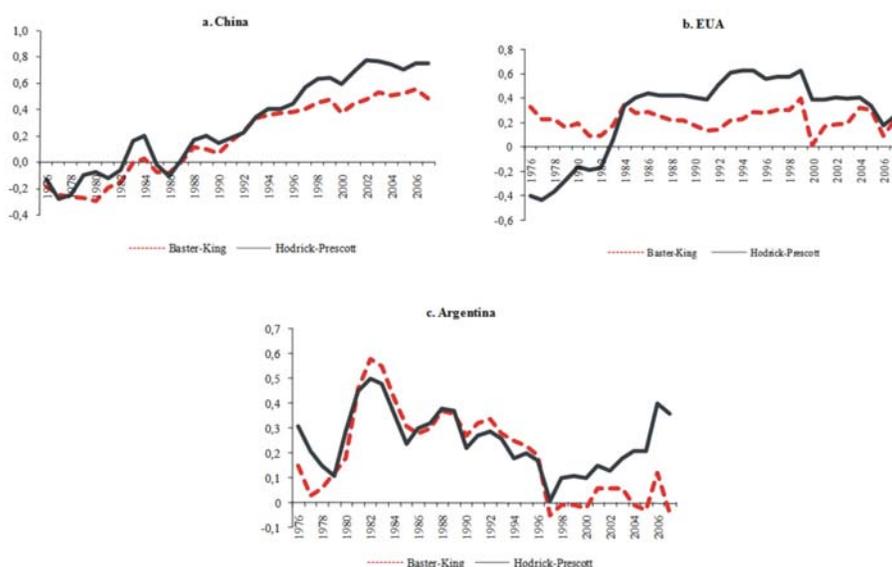


FONTE: Cepal (2009).

O Gráfico 9 apresenta os resultados de uma estimativa sobre o grau de convergência dos ciclos de negócios entre o Brasil e seus três principais parceiros comerciais realizada por Cunha, Monsueto e Bichara (2010). Verifica-se que a economia brasileira parece estar cada vez mais vinculada à chinesa, ao passo que a convergência cíclica com os EUA e a Argentina têm perdido densidade. Os

autores estimaram modelos gravitacionais, concluindo que aquela convergência estaria associada ao incremento nos fluxos de comércio de mercadorias. Neste mesmo trabalho foram calculados diversos indicadores de desempenho do comércio internacional do Brasil, para avaliar a competitividade das exportações brasileiras e o padrão de inserção externa do país no plano comercial.

GRÁFICO 9 – CORRELAÇÃO ENTRE PIBS DE ECONOMIAS SELECIONADAS PELOS MÉTODOS BASTER-KING E HODRICK-PRESCOTT (1960-2007; %)



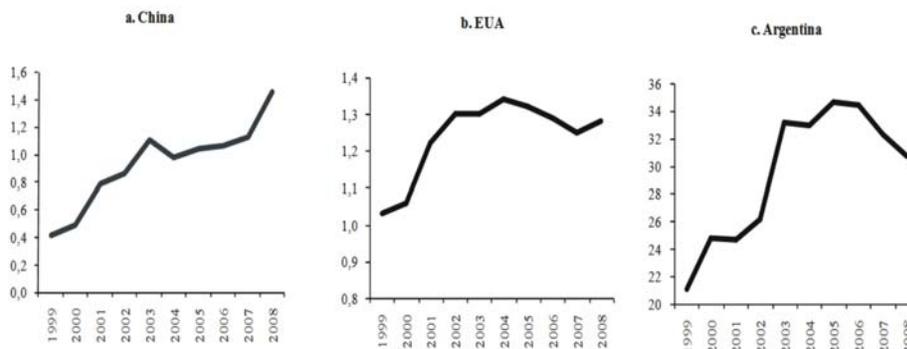
FONTE: WORLD BANK (2010).

NOTA: Detalhes metodológicos em Cunha, Monsueto e Bichara (2010) e Baxter e King (1999). Os coeficientes de correlação dos ciclos econômicos foram calculados para períodos de 15 anos e estimados sucessivamente.

O indicador de Intensidade de Comércio (IC), usado para avaliar em que medida o valor transacionado entre dois países quaisquer é maior (ou menor) do que seria esperado quando se leva em consideração sua importância relativa no comércio internacional, reafirmou a maior vinculação entre Brasil e China. Ele é definido como sendo a parcela das exportações do “país i” que se direciona para o “país j” dividido pela parcela das

exportações mundiais que se direcionam a “j”. Um indicador maior (menor) do que um indica que os fluxos bilaterais de comércio são maiores (menores) do que o esperado, dado o peso do parceiro comercial no comércio mundial. O Gráfico 10 sugere que, por esse critério, o comércio entre Brasil e China tem sido cada vez mais intenso, nos moldes do que já acontecida entre Brasil e EUA, e Brasil e Argentina.

GRÁFICO 10 – INDICADOR DE INTENSIDADE DE COMÉRCIO EM ECONOMIAS SELECIONADAS (1999-2008)



FONTE: Cunha, Monsueto e Bichara (2010), com dados primários de World Bank (2010).

Cunha, Monsueto e Bichara (2010) constata-ram que o comércio bilateral Brasil-China, quando controlado em uma amostra mais ampla de países, tende a ser marcado pela especialização brasileira em setores intensivos em recursos naturais. Por sua vez, Lélis, Cunha e Lima (2010) mostram que tal padrão, associada à busca chinesa por mercados capazes de absorver suas exportações de bens industrializados, coloca em xeque a capacidade de o Brasil manter posições de liderança em mercados latino-americanos de manufaturas. Vale dizer, especialmente depois da crise financeira global, as exportações chinesas de manufaturas vem avançando na região, deslocando os fornecedores brasileiros. Postos em conjunto, o efeito China representa, nessa dimensão produtivo-comercial, um binômio cada vez mais instável e potencialmente perigoso: de um lado, estimula os setores intensivos em recursos naturais, o que sinaliza para uma especialização produtiva que faz eco ao modelo primário-exportador anterior a 1930; por outro, e intensificando os riscos dessa especialização regressiva, a concorrência chinesa impõe perdas de mercado para produtores e exportadores industriais do Brasil.

V. CONCLUSÕES

A ascensão da China à condição de potência global marca uma novidade: pela primeira vez a ordem capitalista global poderá deixar de ser hegemônica pelo mundo ocidental¹⁵. O “milagre japonês” do período posterior à II Guerra Mundial, a despeito de criar o que por muito tempo foi a segunda maior economia do mundo¹⁶, não significou a contestação da posição de centralidade econômica e política das potências ocidentais. Por outro lado, o avanço chinês coloca-se no centro das atenções dos internacionalistas,

¹⁵ No século XX, especialmente no contexto da Guerra Fria, havia uma disputa de sistemas econômicos e sociais. No século XXI, na ausência de demarcação clara entre modelos sociais radicalmente alternativos, assume-se que a disputa de poderes se dá a partir de modelos variantes nacionais de uma ordem internacional que é (ainda) capitalista.

¹⁶ Até 2009 o Japão costumava figurar como sendo a segunda maior economia, quando se mede em dólares em valores correntes. Em 2010, possivelmente a China passou a ocupar tal posição (CHINA OVERTAKES JAPAN, 2010). Já em paridade poder de compra, a China já era considerada a segunda maior economia, atrás apenas dos EUA.

particularmente nos EUA. Debate-se, intensamente quando a economia chinesa será maior que dos EUA; qual o poder dissuasório e o ritmo de modernização das forças armadas chinesas; se a emergência da China será marcada pela contestação explícita aos marcos institucionais que vêm governando as relações internacionais, entre outros temas.

Nesse contexto, o presente trabalho procurou mapear alguns aspectos dessa vertiginosa reemergência chinesa e seus impactos potenciais sobre o Brasil. Nossas evidências privilegiaram a dimensão comercial das relações sino-brasileiras. Verificou-se a intensificação do comércio, a tendência a uma especialização regressiva por parte do Brasil e a maior vinculação entre o ciclo de negócios brasileiro com o chinês. Tais características têm sido identificadas em outros estudos, fazendo que os analistas posicionem-se, quer enfatizando os estímulos positivos da presença chinesa em nossa realidade, quer destacando alguns riscos potenciais derivados da própria complementaridade entre ambas as economias.

Os “otimistas” percebem na ascensão chinesa a possibilidade de consolidação de uma nova ordem internacional menos centrada no poder americano e com maior abertura de espaços para que o Brasil consolide-se como uma potência líder entre os países em desenvolvimento, particularmente na América do Sul. A demanda chinesa por recursos naturais criaria um vetor de dinamismo para a economia brasileira ao longo dos próximos anos, o que permitiria a ruptura do quadro de semiestagnação derivado da crise da dívida externa dos anos 1980. Evidentemente, a demanda chinesa *per se* não teria esse poder indutor, sendo percebida como uma alavanca para a internacionalização de setores produtivos intensivos na produção e industrialização de bens intensivos em recursos naturais. Por outro lado, os pessimistas olham para essa mesma possibilidade como sendo um risco de involução, com o Brasil retornando a uma posição semelhante àquela dos anos prévios a 1930, de uma economia primário-exportadora.

Sem a pretensão de resolver esse debate, o presente artigo procurou contribuir com evidências adicionais do padrão de comércio bilateral e do grau de convergência cíclica entre as duas economias. Em um primeiro momento procurou-se delinear o papel da economia chinesa no ciclo

recente de expansão e crise da economia mundial. Sua participação crescente nos fluxos comerciais e financeiros, bem como na determinação do ritmo de crescimento global, têm gerado impactos variados sobre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. No caso do Brasil, a demanda chinesa por matérias-primas gerou um ciclo de expansão nos preços desses produtos, o que, por sua vez, criou um ambiente propício à aceleração no crescimento com melhoria na situação fiscal e externa das economias com o perfil de complementaridade à China. Verificou-se a importância crescente desse país como destino de exportações e origem de importações do Brasil e do restante da América Latina.

Por outro lado, e tomando a perspectiva das economias ricas em recursos naturais, essa complementaridade tem gerado um perfil de comércio que aprofunda a tendência histórica de especialização na produção e exportação de produtos intensivos na utilização daqueles recursos, e de importações de manufaturas intensivas em tecnologia. Nesse momento de ascensão chinesa, a maior convergência cíclica entre a economia brasileira e a do gigante asiático, associada a uma menor convergência com os EUA e as principais economias sul-americanas, particularmente a Argentina, sugere a possibilidade futura de realinhamento na dinâmica de crescimento do país. Os resultados aqui resumidos e detalhados em Cunha, Monsueto e Bichara (2010) e em Lélis, Cunha e Lima (2010) não permitem afirmar que tal efeito China seria (ou será) a fonte de expansão da economia brasileira. Indicam, apenas, que há uma maior convergência cíclica entre essas economias. O destino das relações bilaterais, em suas múltiplas dimensões, dependerá da forma como o Brasil vier a encarar o desafio chinês. A agenda chinesa está cada vez mais clara e parece colocar o Brasil e as demais economias ricas em recursos naturais como fontes de suprimento de matérias-primas e de destino para suas exportações de manufaturas, reproduzindo, em alguma medida, o padrão Norte-Sul que caracterizava as relações entre o centro industrializado e a periferia subdesenvolvida até a crise de 1929. Aceitar ou não esse papel irá moldar as possibilidades de futuro da economia brasileira.

Não se está insinuando aqui que os estímulos derivados da demanda chinesa por recursos naturais devam ser desprezados. Pelo contrário, eles

têm o potencial de gerar renda, empregos e divisas. Todavia, não se pode desconhecer as lições da nossa história e da própria experiência chinesa recente, em que se afirma a importância para países complexos e com grandes populações manterem estruturas produtivas diversificadas. Assim,

não parece ser do interesse brasileiro abrir mão de uma indústria manufatureira integrada e competitiva, bem como do controle nacional de seus recursos naturais. Ao avançar sobre esses dois parâmetros a aproximação chinesa poderá configurar-se mais em ameaça do que em benefício.

André Moreira Cunha (andre.cunha@ufrgs.br) é Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Professor de Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMSDEN, A. H.** 2001. *The Rise of "The Rest": Challenges to the West from Late-Industrializing Economies*. Oxford: Oxford University.
- ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T. & SELDEN, M.** (eds.). 2003. *The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 Year Perspectives (Asia's Transformations)*. Abingdon: Routledge.
- BAXTER, M. & KING, R. G.** 1999. Measuring Business Cycle: Approximate Band-Pass Filters from Economic Time Series. *The Review of Economics and Statistics*, Cambridge (MA), v. 81, n. 4, 575-593, June. Disponível em: <http://people.bu.edu/mbaxter/papers/mbc.pdf>. Acesso em: 25.ago.2011.
- BIJIAN, Z.** 2005. China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status. *Foreign Affairs*, New York, v. 84, n. 5, Sept.-Oct. Disponível em: <http://www.irchina.org/en/news/view.asp?id=397>. Acesso em: 25.ago.2011.
- _____. 2006. The Internal and External Environments of China's Development over the Next Five Years. In: GILL, I.; HUANG, Y. & KHARAS, H. (eds.). *East Asian Visions*. Washington (DC): World Bank.
- CASTRO, A. B.** 2008. From Semi-Stagnation to Growth in a Sino-Centric Market. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 3-27, jan.-mar. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a01v28n1.pdf>. Acesso em: 25.ago.2011.
- CUNHA, A. M.; MONSUETO, S. & BICHARA, J. S.** 2010. *Comercio y crecimiento económico: el efecto China en Latinoamérica*. Trabalho apresentado na 12ª Reunión de Economía Mundial, Santiago de Compostela (Espanha), 26-27. Mayo. Digit. Disponível em: <http://www.usc.es/congresos/xiiirem/pdf/8.pdf>. Acesso em: 25.ago.2011.
- CUNHA, A. M. & SILVA, L. A.** 2009. China: ascensão à condição de potência global: características e implicações. In: CARDOSO JR, J. C.; ACIOLY, L. & MA TIJASCIC, M. (orgs.). *Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas*. V. 2. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- DEVLIN, R.; ESTEVADEORDAL, A. & RODRIGUEZ, A.** (eds.). 2006. *The Emergence of China: Opportunities and Challenges for the Latin America and Caribbean*. Washington (DC): Harvard University.
- EL-ERIAN, M.** 2008. *When Markets Collide: Investment Strategies for Age of Global Economic Change*. New York: McGraw Hill.
- FIORI, J. L.** 2009. *O poder americano*. Petrópolis: Vozes.
- FUJITA, E. S.** 2001. *O Brasil e a Ásia no Século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- GREENVILLE, J. A. S.** 2005. *A History of the World: from the 20th to the 21st Century*. New York: Routledge.
- HOBBSBAWM, E.** 1989. *The Age of Empires: 1875-1914*. New York: Vintage.
- HUTTON, W.** 2007. *The Writing on the Wall: China and the West in the 21st Century*. London: Little Brown.
- KANG, D. C.** 2007. *China Rising: Peace, Power and Order in East Asia*. New York: Columbia University.
- KENNEDY, P.** 1987. *The Rise and Fall of the Great Powers*. New York: Random House.

- LANDES, D.** 1969. *Unbound Prometheus: Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to Present*. Cambridge (UK): Cambridge University.
- _____. 1998. *The Wealth and Poverty of Nations*. New York: W.W. Norton.
- LEDERMAN, D.; OLARREAGA, M. & PERRY, G.** (eds.). 2008. *China's and India's Challenge to Latin American*. Washington (DC): World Bank.
- LÉLIS, M. T., C.; CUNHA, A. M. & LIMA, M. G.** 2010. *O desempenho das exportações do Brasil e da China na América Latina entre 1994 e 2009*. Trabalho apresentado no 38º Encontro Nacional de Economia, Salvador Digit. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/000-f9e4a7aa953d5b484a0ba7c746524e98.pdf>. Acesso em: 25.ago.2011.
- MADDISON, A.** 1998. *Chinese Economic Performance in the Long Run*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development.
- _____. 2007. *Contours of the World Economy, 1-2030 AD*. Oxford: Oxford University.
- _____. 2010. *Historical Statistics of the World Economy, 1-2008 AD*. Disponível em: www.ggd.net/maddison/Historical_Statistics/horizontal-file_02-2010.xls. Acesso em: 25.ago.2011.
- MAHBUBANI, K.** 2005. Understanding China. *Foreign Affairs*, New York, v. 84, n. 5, Sept.-Oct.
- NAUGHTON, B.** 2007. *The Chinese Economy: Transitions and Growth*. Cambridge (MA): MIT.
- PINTO, P. A. P.** 2000. *A China e o Sudeste asiático*. Porto Alegre: UFRGS.
- POMERANZ, K.** 2000. *The Great Divergence: China, Europe, and the Making of Modern World Economy*. Princeton: Princeton University.
- PREBISCH, R.** 1950. *Economic Survey of Latin America, 1949*. New York: United Nations.
- _____. 1984. Five Stages in My Thinking on Development. In: MEIER, G. M. & SEERS, D. (eds.). *Pioneers in Development*. Oxford: Oxford University.
- REINERT, E.** 2007. *How Rich Countries Got Rich and Why Poor Countries Stay Poor*. London: Constable & Robinson.
- SPENCE, J. D.** 1999. *The Search for Modern China*. 2nd ed. London: W.W. Norton.
- WOMACK, B.** (ed.). 2010. *China's Rise in Historical Perspective*. New York: Rowman & Littlefield.
- WU JIGLIAN.** 2005. *Understanding and Interpreting Chinese Economic Reform*. Mason: Thomson.
- _____. 2006. Does China Need to Change Its Industrializations Path? In: GILL, I.; HUANG Y. & KHARAS, H. (eds.). *East Asian Visions*. Washington (DC): World Bank.
- YUFAN HAO, C. X.; WEI, G. & DITTMER, L.** (eds.). 2009. *Challenges to Chinese Foreign Policy: Diplomacy, Globalization and the Next World Power*. Lexington: The University of Kentucky.
- ZWEING, D. & JIANHAI, B.** 2005. China's Global Hunt for Energy. *Foreign Affairs*, New York, v. 84, n. 5, p. 25-38, Sept.-Oct. Disponível em: <http://wuyibing.com/cache/china-s-global-hunt-for-energy.pdf>. Acesso em: 25.ago.2011.

OUTRAS FONTES

- ADB.** 2010. *The Key Indicators for Asia and the Pacific 2010*. Manila: Asian Development Bank.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR.** 2011. *Balança comercial brasileira: países e blocos econômicos: China*. Outubro de 2011. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=58&menu=24772refi=576>. Acesso em: 5.nov.2011.
- CAF.** 2005. *América Latina en el Comercio Global. Ganando Mercados*. Caracas: Corporación Andina de Fomento. Disponível em: <http://www.caf.com/attach/19/default/LMCastilla%281%29.pdf>. Acesso em: 25.ago.2011.

- CEPAL.** 2006. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, 2005-2006*. Santiago: Comisión Económica para América Latina. Disponível em: www.obreal.org/obreal/file.php?idfile=589. Acesso em: 25.ago.2011.
- _____. 2008. *Panorama de la inserción internacional de la América Latina y el Caribe 2007, tendencias 2008*. Disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/34329/P34329.xml&xsl=/comercio/tpl/p9f.xsl&base=/comercio/tpl/top-bottom.xsl>. Acesso em: 25.ago.2011.
- _____. 2009. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, 2008-2009*. Crisis y espacios de cooperación regional. Santiago: Comisión Económica para América Latina. Disponível em <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/6/36906/P36906.xml&xsl=/comercio/tpl/p9f.xsl&base=/comercio/tpl/top-bottom.xsl>. Acesso em: 24.ago.2011.
- China Overtakes Japan as World's Second-Biggest Economy*. 2010. *Bloomberg*, 16.Aug. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/news/2010-08-16/china-economy-passes-japan-s-in-second-quarter-capping-three-decade-rise.html>. Acesso em: 25.ago.2011.
- CIA.** 2011. *The World Factbook*. Washington (DC): Central Intelligence Agency. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>. Acesso em 25.set.2011.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL.** 2009. *O Brasil no mundo que vem aí*. China. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- GOLDMAN SACHS.** 2007. *BRICs and Beyond*. Washington (DC): Goldman Sachs. Disponível em: <http://www.goldman-sachs.com/our-thinking/brics/brics-and-beyond-book-pdfs/brics-full-book.pdf>. Acesso em: 25.ago.2011.
- IMF.** 2008. *World Economic Outlook, April*. Washington (DC): International Monetary Fund. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/53986940/IMF-World-Economic-Outlook-April-2011>. Acesso em: 25.ago.2011.
- _____. 2009. *World Economic Outlook, October*. Sustaining the Recovery. Washington (DC): International Monetary Fund. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/001/weo0901.pdf>. Acesso em: 25.ago.2011.
- NBSC.** 2007. *China Statistical Yearbook*. Pequim: China Statistics. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2007/indexeh.htm>. Acesso em: 24.ago.2011.
- UNCTAD.** 2008. *Trade and Development Report 2008*. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development.
- _____. 2009a. *Trade and Development Report 2009*. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development.
- _____. 2009b. *World Investment Report 2009*. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development. Disponível em: http://www.unctad.org/en/docs/wir2009_en.pdf. Acesso em: 24.ago.2011.
- _____. 2010. *World Investment Report 2010*. Country Fact Sheet: China. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development. Disponível em: http://www.unctad.org/sections/dite_dir/docs/wir10_fs_cn_en.pdf. Acesso em: 24.ago.2011.
- UNDP.** 2011. *International Human Development Indicators*. China. Disponível em: <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/CHN.html>. Acesso em: 24.ago.2011.
- WORLD BANK.** 1993. *The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy*. Oxford: Oxford University.
- _____. 2009a. *Global Economic Perspectives 2009*. Washington (DC): World Bank.
- _____. 2009b. *Global Development Finance 2009, June*. Washington (DC): World Bank.
- _____. 2009c. *World Development Indicators 2009*. Washington (DC): World Bank.
- _____. 2010. *World Development Indicators, 2010*. Washington (DC): World Bank. Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/>. Acesso em: 24.ago.2011.
- _____. 2011a. *World Bank Database*. China. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/country/china/data>. Acesso em: 24.ago.2011.
- _____. 2011b. *How we Classify Countries*. Disponível em: <http://data.worldbank.org/about/country-classifications>. Acesso em: 24.ago.2011.

BRAZIL AND CHINA IN THE NEW WORLD ORDER

André Moreira Cunha

China's rise to the role of global economic and political power has been at the center of recent academic and political debates. In this paper we analyze the impact that this has had on Brazil. We look at bi-lateral trade and standards of cyclical convergence for the two economies, considering a broader analysis of the foreign competitiveness of the Brazilian economy. On this basis, we seek to map out the impact that China's rise to the position of global power may have on Brazil. We place emphasis on economic dimensions, international trade in particular. Our premises conceive of the process of growth and internationalization of the Chinese economy as generating a stimulus capable of influencing the potentials of Brazilian development over the next few decades. Our arguments fall into three sections: (i) an attempt at presenting a panoramic view of Chinese ascendance, against the backdrop of the dynamics of "major divergence"; (ii) an overview of the current situation of the Chinese economy; (iii) analysis of the effects of its increasing internationalization on the world economy, with emphasis on the specific cases of South America and Brazil. We conclude by exploring some of the normative implications of our results.

KEYWORDS: Brazil; China; World Trade; Business Cycles.

* * *

LA CHINE ET LE BRÉSIL DANS LE NOUVEL ORDRE INTERNATIONAL

André Moreira Cunha

L'ascension chinoise à la condition de puissance économique et politique à l'échelle mondiale, est dans le centre des débats académiques et politiques. Dans ce travail, nous analysons quelques impacts de cet événement important, au Brésil. Nous vérifions le commerce bilatéral et les modèles de convergence cyclique entre les deux économies, en considérant une analyse plus large de la compétitivité extérieure de l'économie brésilienne. A partir de ce contexte, on vise à établir quelques uns des impacts possibles de l'ascension de la Chine à la condition de puissance mondiale, sur le Brésil. L'accent est mis sur la dimension économique, spécialement le commerce international. On part de la perspective selon laquelle, le processus de croissance et internationalisation de l'économie chinoise produit des stimulations capables de rendre possible le développement brésilien dans les prochaines décennies. Les arguments sont structurés en trois sections : (i) on cherche à représenter une vision panoramique de l'ascension chinoise, en prenant comme contexte la dynamique de la « grande divergence » ; (ii) on fait un résumé de la situation contemporaine de l'économie chinoise ; et (iii) on fait l'analyse des effets de la croissante internationalisation chinoise sur l'économie mondiale, en soulignant les cas de l'Amérique du Sud et du Brésil. Nous concluons en vérifiant quelques implications normatives de nos résultats.

MOTS-CLÉS: le Brésil ; la Chine ; le commerce international ; les cycles d'affaires.

* * *